



Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941  
E-mail: [dep.jesussergio@camara.leg.br](mailto:dep.jesussergio@camara.leg.br)

“Solicita informações ao Senhor Ministro da Saúde, por meio da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), acerca do novo marco regulatório para avaliação de risco de agrotóxicos”.

- a) Quantos pedidos de reclassificação de risco a Anvisa já recebeu da indústria de pesticidas desde a mudança na classificação de risco promovida em julho?
- b) Qual a quantidade de produtos classificados como extremamente tóxicos era comercializado no Brasil até a data da mudança do marco regulatório para avaliação de risco de agrotóxicos?
- c) Aplicando o novo marco regulatório para avaliação de risco de agrotóxicos com suas seis classificações, quantos produtos até então considerados extremamente tóxicos poderão ser reclassificados e apresentarão informações de menor risco?
- d) Qual a importância desse rebaixamento de risco dos agrotóxicos no Brasil? Se os países ricos flexibilizaram suas regras, nós também precisamos flexibilizar?
- e) Qual o perigo para a sociedade brasileira que consome os produtos da agricultura que usa agrotóxicos com “menor risco”?





## JUSTIFICAÇÃO

Os números mostram que o Ministério da Agricultura vem aprovando registros de agrotóxicos num ritmo acelerado esse ano, maior que em muitos anos anteriores.

No último dia 22 de julho o governo federal por meio do Ministério da Agricultura aprovou o registro de mais 51 agrotóxicos. Desse total, sete são produtos novos nunca usados no Brasil e 44 são genéricos, cujos princípios ativos já estão presentes em outros pesticidas disponíveis no mercado brasileiro.

32% dos produtos que tiveram registro aprovados pelo Ministério da Agricultura esse ano e que estão sendo usados nas lavouras em todo o país são proibidos nos países da União Europeia. 18 desses produtos são considerados altamente tóxicos.

Custos financeiros elevados estão sendo gastos anualmente pelo governo federal para atendimentos pelo SUS, a pacientes intoxicados que recorrem a hospitais em todo o país. Muitos deles precocemente aposentados por problemas graves de saúde também oneram os cofres públicos.

Além disso, insetos importantes para a produção agrícola, como é o caso das abelhas, mamangavas e outros besouros, estão sendo mortos pelo uso excessivo de agrotóxicos. No primeiro trimestre desse ano de 2019, o sulfoxaflor, agora aprovado pelo Ministério da Agricultura para comercialização no Brasil, causou a morte de 500 milhões de abelhas em quatro estados brasileiros quando estava em fase de testes. O sulfoxaflor está presente em seis dos sete agrotóxicos novos aprovados para registro pelo MAPA em julho.

Produzido pela Dow AgroSciences, o sulfoxaflor é classificado pela Anvisa como “medianamente tóxico”, mas fora do Brasil é alvo de polêmica. Pesquisadores da Universidade de Londres já demonstraram que, sob certas condições, o inseticida tem um impacto negativo sobre a reprodução de colônias de abelhas, reduzindo em 54% o tamanho das colmeias.

Em 2015, o sulfoxaflor teve seu registro cancelado nos Estados Unidos após uma decisão da Corte de Apelações de São Francisco indicar que a Agência de Proteção Ambiental falhou em considerar os impactos do produto sobre insetos polinizadores. Um ano depois, a Agência voltou a conceder o registro, mas com abrangência limitada.

Vidas humanas, de animais e insetos importantes para o equilíbrio do meio ambiente e até da produção agrícola, é o preço que o Brasil está pagando para aumentar o lucro dos grandes produtores rurais.





De acordo com os dados de matéria publicada no site de notícias G1, a [agricultura brasileira usou 539,9 mil toneladas de pesticidas em 2017](#), segundo os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama). Isso representou um gasto de US\$ 8,8 bilhões (cerca de R\$ 35 bilhões no câmbio atual), de acordo com a associação que representa os fabricantes, a Andef. Esses dados mostram que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo em números absolutos.

Em meio a essa avalanche de registros de novos pesticidas, a Anvisa mudou o marco regulatório para avaliação de risco de agrotóxicos adotando o Sistema de Classificação Globalmente Unificado (GHS), já utilizado por outros países.

O GHS aumenta de quatro para seis, as classificações que a Anvisa utilizava para identificar o risco dos agrotóxicos comercializados no Brasil. Com isso, muitos produtos até agora considerados altamente tóxicos serão reclassificados, mesmo sem mudar sua fórmula, para fazer crer que não oferecem o mesmo risco à sociedade.

Essa medida da Agência de Vigilância Sanitária está provocando discussões, reações entre especialistas e muita preocupação e dúvidas na sociedade brasileira.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e peço ao Senhor Ministro de Estado da Saúde que envie no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 2019.

**Deputado JESUS SÉRGIO**

